

**AO JUÍZO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA-GOÍÁS.**

**Pedido Liminar**

**ZANDER CAMPOS DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, publicitário, inscrito na CPF/MF sob o nº 359.679.351-34 e no RG sob o nº 1.420.762 SSP/GO, residente e domiciliado à Rua 3, nº 994, apto. 1002, Ed. Goiandira, Centro, Goiânia – GO, CEP 74.023-010 e endereço eletrônico [zanderjr@imagemunica.com.br](mailto:zanderjr@imagemunica.com.br), vem à D. presença de V.Exa., por seus procuradores que a esta subscrevem, com endereço profissional indicado no rodapé, onde recebe comunicações, vem, oferecer a presente

**TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR ANTECEDENTE**  
**COM PEDIDO LIMINAR**

em face de **ZANDER CAMPOS DA SILVA**, brasileiro, viúvo, publicitário, advogado, inscrito na CPF/MF sob o nº 003.232.721-20 e no RG sob o nº 46.291, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliado à Rua 29 nº 72, Centro, Goiânia – Goiás, CEP 74.015-050; e **ZANDARLENE CARNEIRO CAMPOS**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na CPF/MF sob o nº 467.196.521-68 e no RG sob o nº 1.959.824 SSP/GO, residente e domiciliada à Rua 29, nº 72, Centro, Goiânia – Goiás, CEP 74.015-050, no esteio da fundamentação fático-jurídica a seguir exposta.

<b>AUTENTICIDADE DAS CÓPIAS E PUBLICAÇÕES</b>
---

O procurador do Autor declara que todas as cópias que instruem a presente são autênticas, nos termos do art. 425, IV, do CPC/2015. Requerem, outrossim, que as comunicações processuais sejam publicadas em nome do advogado **RAFAEL LARA MARTINS**, inscrito na OAB/GO sob o n. 22.331, sob pena de posterior nulidade.

<b>FATOS</b>
--------------

Em 14 de dezembro de 2018, o Requerente e Requeridos, assinaram a 52ª Alteração Contratual da pessoa jurídica Cannes Publicidade Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 01.542.307/0001-87, com NIRE JUCEG sob o nº 5220000874-1, a qual segue anexa.

Importante destacar que em 28 de maio de 2019, em reunião de sócios, o Autor comunicou sua intenção de se afastar da sociedade, caso pendências administrativas e societárias não fossem revistas, em função do alinhamento e acordos dos demais sócios.

Já em 02 de dezembro de 2019, em outra reunião de sócios realizada na presença de advogados das partes, o Autor formalizou o pleito, e informou que deixaria a firma em 31 de janeiro de 2020, após o cumprimento do prazo previsto no contrato social.

Posteriormente, em 10 de março de 2020, o Autor, sócio da empresa e Diretor de Operações, enviou aos demais sócios da Cannes Publicidade Ltda., o Diretor Presidente Zander Campos da Silva e à Diretora Administrativa Financeira Zanderlene Campos, Notificação Extrajudicial a qual segue em anexo, **informando seu desligamento do quadro societário da empresa.**

Na oportunidade, o Autor descreveu de próprio punho razões para a sua efetiva retirada da sociedade. Dentre os vários motivos, os quais se iniciaram-se em 2017, após o falecimento da Sra. Zilma estão: decisões tomadas pelos demais sócios sem o seu consentimento, acordos societários com interferência na área Comercial e de Operações, comandada pelo Autor, problemas com o pagamento de seu pró-labore, ausência dos sócios na tomada de decisões imprescindíveis e indispensáveis na atividade empresarial, sobrecarga de trabalho e responsabilidades que sequer eram de sua alçada, total descaso e falta de compromisso dos demais sócios, retiradas, antecipações de valores para os sócios custearem despesas pessoais e até mesmo não cobrança de dívida de sócios em um momento que a empresa estava passando por dificuldades financeiras.

Pelos motivos elencados acima e pelos tantos outros aduzidos na Notificação, ao final, o Autor requereu:

1. Que fossem providenciados os comunicados de desligamento para colaboradores, fornecedores, clientes, veículos, entidades, com prévia aprovação deste;
2. Que fossem providenciados os levantamentos de pendências de rescisões de praxe; reembolsos pendentes; bônus por contratos;
3. Que fosse providenciada início de auditoria externa dos números da empresa, nos últimos exercícios; incluindo empréstimos/serviços prestados entre empresas coligadas, com designação de data de início; para acompanhamento de profissional/empresa do ramo que poderia indicar;
4. Que fossem apresentados levantamentos dos débitos, passivos, em geral, processos judiciais de execução; créditos de precatórios e outros, para agilizar a apuração dos números e tratativas;
5. Que fosse feita atualização das datas e diferenças de pagamentos de pró-labores, nos últimos anos, para computo das perdas havidas.

Ainda assim, os demais sócios ignoraram todas as solicitações do Autor, permaneceram conduzindo a empresa da maneira que era conveniente para ambos e não fizeram sequer a comunicação para clientes e colaboradores quanto a saída do Autor do quadro social.

Infelizmente, logo em seguida tivemos o início da pandemia ocasionada pela Covid-19, diante das incertezas e turbulências ocasionadas, o Autor optou por aguardar que o comunicado de sua saída fosse realizado em momento oportuno, para que não houvessem mais incertezas para os clientes da empresa CANNES.

Importante frisar que nesse período o Autor permaneceu sem qualquer controle sobre as atividades da empresa, apesar da manutenção do seu nome no quadro societário da empresa CANNES, o que aconteceu literalmente “só no papel”, o Autor já estava afastado das operações da empresa desde janeiro de 2020.

Entretanto o sócio Notificante, ora Autor, não teve qualquer retorno dos demais sócios, razão pela qual, após várias tentativas de solucionar a questão da melhor

maneira possível, em 11/12/2020 encaminhou aos sócios **Correspondência sobre Pedido de Desligamento do Quadro Social.**

Segue trecho da correspondência:

*“Em atenção à reunião da manhã de hoje, 11/12/20, venho, pelo presente, enviar, novamente, as comunicações acerca de pedido de desligamento do quadro societário da empresa Cannes, enviados em 30/5/2019 (Email), 01/12/2019 (reunião de advogados com entrega de documentos), e 10/3/2020; sendo esta última, por Correio com AR.”*

Na ocasião, mais uma vez o Autor requereu:

*Assim, formalizado o pedido, fineza informar a data de início da realização dos levantamentos, pois é do meu interesse designar profissional para tal acompanhamento.*

Considerável destacar que somente em 13/01/2021, os sócios enviaram ao Autor, uma Proposta/Minuta de Sócios para sua retirada, na qual em resumo, o Autor nada receberia da empresa para a qual doou **40 (quarenta) anos de seu trabalho e dedicação.**

Além disso, na referida minuta o Autor, além de custear integralmente os serviços de auditoria, ainda teria de ceder suas ações de outra empresa familiar. Como se não bastasse, ainda teria que abrir mão de sua quota parte na herança de sua mãe, com bens em condomínio.

Valoroso elucidar que neste período bastante instável, oportunidades profissionais com terceiros foram perdidas pelo Autor, tendo em vista o vínculo legal existente, trazendo prejuízo imensurável a ele e sua família. Ademais, pontua-se que o Autor é provedor da casa e possui 02 (dois) filhos adolescentes, e sua renda é essencial ao seu sustento e de sua família.

Para que não houvesse qualquer alegação posterior, em mais uma tentativa de resolver o problema de maneira extrajudicial, o Autor enviou, por meio de seus procuradores, no dia 22/03/2021 (em anexo), nova Notificação com os pontos que

precisam ser debatidos e sanados e até o presente momento não houve qualquer resposta quanto a solicitação por parte dos Requeridos. Dois meses depois ainda não houve qualquer sinalização e por isso não há outra alternativa que não seja demandar judicialmente.

Mais uma vez o Autor não teve seus pedidos atendidos, razão pela qual se faz necessário o ajuizamento da presente demanda, e a apresentação do pedido principal dentro do prazo legal, para posterior verificação do ativo e passivo, sendo ao final devidamente quitadas as obrigações e os valores em aberto conforme quota parte de cada sócio.

<b>DIREITO</b>
----------------

Dispõe o Código de Processo Civil em seus artigos 303 e 305, que:

**Art. 303.** Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, **a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final**, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

**Art. 305.** A petição inicial da ação que visa à **prestação de tutela cautelar em caráter antecedente** indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Além disso, também dispõe o artigo 308 do Código de Processo Civil, vejamos:

**Art. 308.** Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

**§ 1º** O pedido principal pode ser formulado conjuntamente com o pedido de tutela cautelar.

§ 2º A causa de pedir poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal.

Assim, em razão de tais fatos e da urgência que se aventa, desta feita o Autor se antecipa ao risco de continuar figurando como sócio da empresa, postulando pela presente tutela de urgência antecedente.

### 1) TUTELA DE URGÊNCIA ANTECEDENTE

De acordo com o artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a (i) **probabilidade do direito** e (ii) **o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo**.

Presentes tais requisitos, a tutela de urgência será deferida, desde que não haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, conforme o § 3º do artigo 300 do estatuto processual.

A probabilidade do direito implica no ônus de o demandante demonstrar, juntamente com a sua petição, a prova suficiente da verossimilhança, o que, de certa forma equivale à expressão latina *fumus boni iuris*.

A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos.

*In casu*, a probabilidade do direito resta demonstrada pela retirada de fato do Autor da sociedade, bem como pela restrição inserida em nome do Autor, em operação **posterior** ao seu desligamento da sociedade.

Trata-se de contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, sendo que a parcela não foi paga e a restrição foi inserida em nome do Autor, o que demonstra o risco

dele ser responsabilizado e penalizado por condutas e dívidas da empresa, da qual não faz mais parte e sequer tem conhecimento.

Vale destaque:

### Resumo das ocorrências

**CPF:** 359.679.351-34  
**Nome:** ZANDER CAMPOS DA SILVA JUNIOR  
**Endereço:** R 3, 994, SETOR CENTRAL, GOIANIA, ESTADO GO, 74023-010 [Exibir mapa] ⓘ

	Ocorrência	Quantidade	Última Ocorrência	Valor
⚠	Participações em Empresas:	5	-	-
⚠	Score de Recuperação:	1	-	-
✖	Registro de SPC:	1	04/2021	4.859,25 (total)
✖	Pendências Financeiras Serasa:	1	10/2020	4.859,25 (total)

Ainda quanto à probabilidade do direito, é fato que o Autor não pode ser compelido a pagar qualquer prestação pecuniária realizada em nome da empresa, tampouco, continuar vinculado e ser responsabilizado por qualquer ação ou omissão da pessoa jurídica, tendo em vista que se retirou da empresa de fato em 31/01/2020, data que deverá ser considerada como a do desligamento do Autor, em face da inércia e do desinteresse dos demais sócios.

Na ocasião, perdeu seu poder de decisão e deixou de acompanhar quaisquer atos praticados pelos sócios e diretores da empresa e teve conhecimento de transferências de bens para outras empresas e vendas de imóveis sem mera comunicação.

Já o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo correspondem ao *periculum in mora*, pois a demora da resposta jurisdicional gera uma situação de risco. Há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito.

*In casu*, o perigo de dano é demonstrado tanto pela possibilidade de demais restrições feitas em nome do Autor, bem como pela possibilidade de responsabilização deste por quaisquer atos da empresa, da qual não faz mais parte.

**Feita esta breve explanação, entende o Requerente estão presentes todos os requisitos legais para o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência em caráter antecedente, para:**

- **a dissolução parcial da sociedade com a retirada do Autor,**
- **bem como para a consequente alteração do Contrato Social.**

Desta forma, é evidente que a tutela antecipada se faz possível e até mesmo imprescindível, uma vez que invariavelmente o Autor não pode aguardar ao final do processo para obter a sua pretensão.

Por oportuno, o Requerente informa que inexistente qualquer perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, pois, caso a presente demanda seja julgada improcedente, os Requeridos poderão se valer dos meios legais para cobrar supostos valores a serem pagos por este.

Destarte, estando presentes os requisitos legais, inexistindo qualquer risco de irreversibilidade do provimento, requer, antecipadamente, nos termos do artigo 294 e seguintes do Código de Processo Civil, o deferimento do presente pedido de tutela provisória de urgência em caráter antecipado.

## **2) DO PEDIDO LIMINAR**

Conforme mencionado anteriormente, a restrição em nome do Requerente se deu após sua retirada de fato da sociedade.

Enquanto a primeira se deu em 04/2021, a segunda se deu em 21/01/2020, ou seja, a restrição foi efetivada após mais de 01 ano da retirada do Autor da sociedade.

Frisa-se que o Autor não possui nenhuma outra mácula em seu cadastro, a não ser esta que fora injustamente inserida.

Nesta senda, resta evidente que a inscrição do Autor nos órgãos de proteção ao crédito se deu de forma indevida, motivo pelo qual pleiteia-se junto a este Juízo, em sede liminar, que seu nome seja retirado dos cadastros de proteção ao crédito, haja vista



que este não faz parte do quadro societário da empresa Cannes Publicidade Ltda conforme expostos e documentos anexados aos autos e portanto, não pode ser responsabilizado por quaisquer dívidas desta.

### **3) DO PEDIDO PRINCIPAL – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.**

Cumpre mencionar, que nos termos do artigo 308 do Código de Processo Civil, o Autor irá apresentar e seu pedido principal, dentro do prazo legal, para posterior verificação do ativo e passivo, sendo ao final devidamente quitadas as obrigações e os valores em aberto conforme quota parte de cada sócio.

Ademais, nos termos do artigo 603 do Código de Processo Civil, havendo a concordância dos demais sócios ora Requeridos, o Autor requer seja passada à fase de liquidação.

Caso contrário, requer seja resguardado seu direito de apresentar o pedido principal dentro do prazo legal.

### **4) DA RECUPERAÇÃO DE ARQUIVOS E OBJETOS PESSOAIS.**

Ao se desligar da empresa, o Autor requereu na própria Notificação da retirada, que fosse realizado agendamento para que o sócio retirante pudesse buscar seus pertences pessoais que encontram-se na sede da empresa.

Contudo, até o momento, não teve qualquer retorno quanto à solicitação.

Ademais, o Autor requer acesso integral à conta de e-mail corporativo, com senha a ser definida por ele junto ao *Data Center Logics Web* para que possa realizar o *backup* de itens pessoais e de sua produção intelectual, pois teve seu acesso remoto interrompido, impossibilitando-o de recuperar quaisquer arquivos pertencentes à ele, especialmente vídeos e fotos pessoais no servidor do departamento de arte.

Por fim, o Autor requer seja designada data para que possa buscar discos, fitas, CD's, entre outros objetos pessoais que permaneceram na empresa enquanto estava fechada em razão da pandemia e lá permanecem até a presente data.

<b>REQUERIMENTOS</b>
----------------------

Diante do exposto e de tudo mais que dos autos consta, o Autor requer:

- a) Seja concedida a tutela provisória de urgência cautelar em caráter antecedente, *inaudita altera pars*, nos termos do artigo 294 e 305 e seguintes do Código de Processo Civil, a fim de que seja formalizada a dissolução da sociedade no Contrato Social;
- b) Seja deferido o pedido liminar, a fim de que sejam oficiados os órgãos de proteção ao crédito para que seja retirada a inscrição indevida de seus bancos de dados de inadimplência, até final julgamento da lide e avaliação da regularidade ou não do suposto débito;
- c) Seja designada data para retirada dos objetos pessoais do Autor das dependências da empresa;
- d) Seja concedido acesso ao servidor para que possa fazer *backup* de documentos pessoais;
- e) Seja realizada averbação junto à Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) da existência da ação, de modo a preservar os interesses de terceiros que negociarão com a sociedade, sabendo que a mesma resta administrada, desde o ajuizamento da presente ação, pelos sócios remanescentes;
- f) Seja efetuada a intimação da parte Requerida para, querendo, contestar a presente ação;

- g) Por fim, requer a observância do artigo 308 do Código de Processo Civil, resguardando-se o Requerente a apresentar seu pedido principal no prazo legal.

**Dá-se à causa o valor de R\$1.100,00 (um mil e cem reais), para fins meramente fiscais.**

Por tudo, o deferimento!

Goiânia, 10 de junho de 2021.

**Rafael Lara Martins**  
**OAB/GO 22.331**

**Nycolle Araújo Soares**  
**OAB/GO 32.809**

**Laís R. Matias Braga**  
**OAB/GO 49.797**